

dato aprovado no referido concurso, João Nuno de Carvalho Neves Casaca.

Mais se torna público que o candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

27 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Gonçalves Sapinho*. 1000304946

CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Aviso n.º 19/2006

Renovação de contratos de trabalho a termo certo

Torna-se público que, por meu despacho datado de 31 de Julho de 2006, e nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Julho, conjugado com o artigo 139.º do Código do Trabalho, foi determinado renovar, pelo prazo de um ano, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado com a trabalhadora abaixo indicada, na data e para desempenhar as funções que se indica:

Eugénia Maria Palmira Viana da Silva — operário semiqualeficado — cantoneiro — 9 de Setembro de 2004.

4 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel José de Jesus Marreiros*. 1000304956

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 14 de Julho de 2006, do vereador com competência delegada, após ter sido dispensada da frequência do estágio, por despacho de 16 de Junho de 2006, do vereador com competência delegada, por reunir os requisitos que o permitem, conforme o Acórdão de 9 de Julho de 1996, nos autos de reclamação n.º 87/96, e o Acórdão n.º 100/98, de 5 de Maio de 1998, do Tribunal de Contas, foi nomeada, para um lugar de técnico de 2.ª classe, da carreira de engenheiro técnico, Ana Cristina Coutinho Pereira, na sequência do concurso externo de ingresso para um estagiário, com vista ao provimento de um lugar de técnico de 2.ª classe, da carreira de engenheiro técnico, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2005.

A candidata nomeada deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Não sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.)

26 de Julho de 2006. — O Vereador, com competência delegada, *Nelson Fernando Nunes Galvão*. 1000304948

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Aviso n.º 6/2006

Reclassificação profissional

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado de 31 de Julho de 2006, e no uso da competência que me é conferida pela alínea *a)* do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, procedi à reclassificação profissional dos seguintes funcionários:

Jorge Elisio Sequeira Lima, com a categoria de técnico profissional de natação, para a categoria de técnico superior de desporto de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, ao abrigo da alínea *d)* do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

Carla Sofia de Matos Marques, com a categoria de telefonista, para a categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, ao abrigo da alínea *e)* do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

Os nomeados deverão aceitar o respectivo lugar no prazo de 20 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 46.º, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

1 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Martins de Jesus*. 1000304932

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 17 de Agosto de 2006, requisitei à Câmara Municipal de Loures a assistente administrativa, Ana Cristina Batalha Dias Albuquerque, pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 12.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

17 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Gil Ricardo Sardinha Rodrigues*. 1000304953

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 27 de Julho de 2006, homologo a acta de classificação final e procedo à nomeação da estagiária, para um lugar de técnico superior de 2.ª classe — química, cujo concurso foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 218, de 15 de Setembro de 2004, Olga Maria Fernandes Andrade — 15 valores.

Mais se torna público que o nomeado tem o prazo de 20 dias para tomar posse, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Rodrigo Martins*. 1000304930

CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO

Aviso

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que a Câmara Municipal de Olhão pretende promover a abertura de um procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau (chefe de Divisão Administrativa).

2 — A área de actuação do lugar a prover consta da estrutura orgânica dos serviços municipais, publicada em suplemento ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 239 de 15 de Outubro de 1996, com as alterações publicadas no apêndice n.º 37 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 5 de Junho de 1998. As competências estão definidas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.

3 — Perfil pretendido — competência e aptidão técnica para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo e capacidade de liderança. Experiência comprovada em serviços de apoio instrumental, área administrativa, obtida na administração local, designadamente na área de recursos humanos.

Conhecimentos e experiência nas áreas do recrutamento e selecção de pessoal, contratação e formação profissional.

4 — Requisitos de provimento:

4.1 — Funcionários abrangidos pelos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

4.2 — Funcionários a que se refere o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ou seja funcionários habilitados com o grau de licenciatura em Administração Pública e com, pelo menos, quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja exigível uma licenciatura.

4.3 — Os chefes de repartição a que se referem os n.ºs 4 e 5 do citado artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, deverão ser titulares de licenciatura em Administração Pública.

5 — Requisitos preferenciais:

5.1 — Experiência no desempenho de funções de coordenação e direcção.

5.2 — Conhecimentos na área administrativa e em especial na área dos recursos humanos.

5.3 — Experiência profissional em autarquias locais.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular, onde serão considerados os requisitos preferenciais e entrevista pública.

7 — Formalização e prazo de entrega das candidaturas — os interessados deverão apresentar a sua candidatura no prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Olhão, Largo de Sebastião Martins Mestre, 8007-349 Olhão, pessoalmente, na Secção de Recursos Humanos, ou por carta registada, com aviso de recepção, devendo constar os seguintes elementos:

Identificação (nome, data de nascimento, número do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone).

Categoria profissional.

Tempo na categoria.

Habilitações literárias.

Funções com mais interesse para o lugar a que se candidata.

8 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação, implicando, na sua ausência, a exclusão do presente procedimento concursal:

a) *Curriculum vitae*, detalhado, devidamente datado e assinado, indicando, nomeadamente, a experiência profissional, funções, actividades e responsabilidades exercidas e o tempo correspondente;

b) Certificado de habilitações literárias;

c) Certificados de formação profissional;

d) Outros documentos que comprovem as declarações prestadas pelo candidato;

e) Declaração comprovativa de vínculo à Administração Pública, com menção da categoria detida e com contagem de tempo de serviço na categoria, carreira e função pública.

9 — Composição do júri:

Presidente — Dr.ª Maria de Lurdes Brito Pinto dos Santos Nogueira, directora de Departamento de Administração Geral.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria da Conceição Janeiro Godinho Calhau, chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização.

Dr.ª Mariana Rosa Piado Farrusco, directora de Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve.

2 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal*. 3000214531

Aviso

Por meu despacho de 6 de Julho de 2006, autorizo a renovação do contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto — Código do Trabalho, com o técnico superior de 2.ª classe, Paulo Jorge Lopes Borges da Fonseca, com início a 19 de Setembro de 2006, pelo período de um ano.

27 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal*. 3000214529

Aviso

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que foi rescindido, a seu pedido, o contrato de trabalho a

termo resolutivo certo, celebrado entre esta Câmara Municipal e Helena Maria Cabrita Domingues em 9 de Maio de 2005, na categoria de cantoneiro de limpeza, índice 155, com efeitos a 10 de Agosto de 2006.

27 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal*. 3000214528

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Aviso

De acordo com o despacho do presidente da Câmara Municipal de 19 de Julho de 2006, e para efeitos do cumprimento do estipulado no n.º 2 do artigo 27.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontrará em fase de discussão pública a alteração ao alvará de loteamento n.º 5/84, sito em Santa Ovaia, em nome de Agostinho Freire Lobo Vaz Pato e a pedido de Antonino Madeira Gouveia & Filhos, L.ª, que ocorrerá a partir da data de publicação no *Diário da República* e pelo prazo de 15 dias.

O projecto de alteração, bem como a informação técnica que recaiu sobre o mesmo, encontram-se ao dispor de qualquer interessado, para consulta, na Secção de Obras Particulares desta Câmara Municipal, nos dias úteis, entre as 9 e as 16 horas.

E para que se não alegue desconhecimento, se publica este aviso nos locais públicos de estilo, bem como no jornal — *A Comarca de Arganil*.

11 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Mário Américo Franco Alves*. 3000214363

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA

Aviso

1 — Faz-se público que, de acordo com o constante no meu despacho datado de 20 do corrente, proferido no uso da competência que me foi delegada pela presidente da Câmara, pelo despacho n.º 42/2005, proferido no dia 3 de Novembro de 2005, e nos termos do disposto na alínea a) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concursos externos de ingresso para:

1.1 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — geografia e planeamento regional (processo n.º 23.02/P/DIP/DRH/2006) — um lugar.

1.2 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — engenharia geográfica (processo n.º 24.02/P/DIP/DRH/2006) — um lugar

1.3 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — jurista (processo n.º 25.02/P/DIP/DRH/2006) — um lugar

2 — Validade dos concursos — os concursos indicados são válidos para os lugares indicados esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Habilitações literárias:

3.1 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — geografia e planeamento regional — licenciatura em Geografia e Planeamento Regional.

3.2 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — engenharia geográfica — licenciatura em Engenharia Geográfica.

3.3 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — jurista — licenciatura em Direito.

4 — Condições de admissão aos concursos — podem candidatar-se os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, satisfaçam os requisitos gerais, previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.